PODER

Sem mudança na meta de inflação

Durigan assegura, ainda, que governo não avalia controle de capital e diz que ambiente econômico fornece segurança para investimento

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

Lula Marques/Agência Brasil



Durigan: "Temos a janela certa para atrair capital e mostrar ao mundo que o Brasil é o lugar certo para investir"

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, negou ontem que o governo avalia mudar a meta de inflação. Segundo ele, o ambiente econômico brasileiro fornece segurança para atrair investimentos. "Não estamos discutindo nenhuma alteração na meta de inflação no Brasil. Construímos mercados de capitais fortes. Temos a janela certa para atrair capital e mostrar ao mundo que o Brasil é o lugar certo para investir, com compromissos ambientais, com compromissos sociais e com compromissos com a democracia", disse, em apresentação virtual na 16ª Edição do Bradesco BBI CEO Fórum, evento em Nova York, nos Estados Unidos, destinado a empresários e profissionais do mercado financeiro.

A declaração ocorre em meio a especulações de governistas de que o Executivo planeja aumentar a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como estratégia para que o Banco Central reduza a taxa básica de juros (Selic) — atualmente em 13,75% ao ano. Há também conversas entre aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que sejam estabelecidas formas de integrar as políticas econômicas do governo e as ações monetárias com o objetivo de estabilizar a inflação sem aumentar a Selic.

Embora reconheça haver especulações, Durigan ressaltou não ver o fortalecimento desse debate no PT. "Não há risco de isso ganhar tração e se tornar uma posição majoritária no partido", frisou o ministro. Ele ainda negou que Lula tenha fechado questão sobre medida de controle de capital.

Durigan comentou também que o ajuste fiscal votado ontem no Senado não é o ideal e que o risco fiscal representa a chave que pode impactar os juros. "Os resultados fiscais, os primários, que o governo pode controlar, melhoraram ao longo dos anos. Claro, não são ideais, e não estamos atendendo a todas as expectativas que o mercado nos impõe. O risco fiscal é um aspecto fundamental para explicar as taxas de juros, mas há outros presentes", argumentou.

Ao citar a projeção fiscal do governo e perspectivas para a redução da Selic, Durigan reconheceu expectativas do mercado de que o Brasil deve ter crescimento menor do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. Essa diminuição, segundo ele, não virá com recessão.

> **Acho que vamos crescer em um ritmo menor no ano que vem, mas não estamos correndo o risco agora de uma recessão. Mas, claro, há algumas pressões sobre a inflação devido a diferentes razões a partir do ano que vem"**
>
> ***Dario Durigan,*** *ministro da Fazenda*

A participação de Durigan no evento ocorreu logo após um encontro do titular da Fazenda com Lula. A conversa entre os dois, no Palácio da Alvorada, teve como contextos as expectativas do mercado financeiro sobre quem assumirá a pasta no próximo governo e as negociações políticas para aprovação do pacote de ajuste fiscal no Senado.

De acordo com Durigan, a aprovação do pacote fiscal precede outras medidas. "Isso não significa que não vamos apresentar como governo ou com os novos ministros que serão anunciados pelo presidente Lula novas medidas ou medidas adicionais mais estruturais para mostrarmos a todos, especificamente ao mercado, que nossos compromissos para os próximos anos, os resultados de superavit que vamos alcançar a partir de 2027 vão estar em crescimento", completou.

Reforma tributária

O titular da Fazenda ainda frisou que a implantação da reforma tributária terá impacto no aumento da produtividade. "A medida de produtividade mais importante que adotamos nos últimos 34 anos foi a reforma tributária. Não foi aprovada no Congresso exatamente da maneira que pensamos inicialmente, mas acho que é uma medida muito importante. Trará mais racionalidade ao país", projetou.

A relação entre reforma tributária e produtividade foi feita um dia após Durigan participar de uma audiência, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sobre a medida que entrará em vigor no próximo ano.

Justiça barra licitação para compra de iPhones

» ALÍCIA BERNARDES

A Justiça Federal suspendeu, ontem, o pregão eletrônico do Senado destinado à contratação de serviços de telefonia móvel e ao fornecimento de aparelhos celulares para parlamentares e servidores da Casa. A decisão atende a um pedido de tutela de urgência apresentado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que questionou a aquisição de telefones de alto padrão, incluindo modelos de última geração da Apple.

A determinação foi proferida pela 18ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na avaliação do magistrado, a contratação pode contrariar os princípios da moralidade administrativa e da economicidade, uma vez que o Senado não teria apresentado justificativas suficientes para exigir equipamentos com especificações tão elevadas. O entendimento é de que os aparelhos previstos no edital poderiam superar as necessidades relacionadas ao exercício das funções públicas.

Na decisão, o juiz destacou que a exigência de dispositivos posicionados no topo da linha de produção de um fabricante específico não demonstraria, por si só, pertinência com as atividades desempenhadas pelos usuários. Para o magistrado, a compra de equipamentos com qualidade superior à necessária deve ser evitada pela administração pública, especialmente diante da obrigação de racionalizar os gastos.

O edital previa a disponibilização de 95 aparelhos classificados como tipo 1, com especificações baseadas no iPhone 17 Pro e exigência de fornecimento da última geração da linha iPhone Pro. Além disso, o processo contemplava outras 330 linhas equipadas com celulares Android de categoria intermediária, de fabricantes como Samsung e Motorola.

O contrato teria duração de 48 meses e custo inicialmente estimado em R$ 6.045.048. Na etapa de apresentação de propostas, a Claro S.A. ofereceu o menor valor, de R$ 4.957.905,60. A suspensão judicial interrompe o andamento do procedimento até nova deliberação, impedindo, neste momento, a efetivação da contratação nos moldes previstos.

Na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), defendeu a contratação e criticou o que classificou como divulgação de informações falsas sobre o pregão.

Alcolumbre argumentou que o fornecimento de aparelhos em regime de comodato é uma prática adotada por diferentes órgãos da administração pública e afirmou que o valor divulgado não correspondia à dimensão da narrativa construída em torno do caso.

